



Bem Vindo(a) ao
**Programa Multicêntrico de
Qualificação em Atenção Domiciliar
a Distância**



Unidade 2 – Violência de gênero

Nesta unidade, analisaremos os aspectos específicos referentes a violência sofrida por crianças, adolescentes, homens e mulheres adultos, população LGBT e idosos. Em seguida, trataremos da atuação do profissional da AD com foco na identificação, manejo e encaminhamento no sentido de prevenir a violência e proteger as vítimas. Por fim, estudaremos a violência a que a equipe de AD está exposta ao entrar nas comunidades, onde o tráfico de drogas influencia fortemente nos casos de violência.

Sumário

1. Lição 1- Importância do tema.....	03
1.1 Conceito de Gênero.....	03
1.2 Mulheres em situação de violência.....	04
1.2.1 Consequências para a saúde da mulher.....	04
1.3 Homens em situação de violência.....	05
1.3.1 Violência urbana x homens.....	05
1.4 População LGBT em situação de violência.....	06
1.4.1 Indicadores de violência contra LGBT.....	06
2. Lição 2 – No cotidiano da AD.....	07
2.1 Refletindo sobre o caso.....	07
3. Lição 3 – Atuação do Profissional da Atenção Domiciliar.....	08
3.1 Identificação.....	08
3.1.1 Sinais e sintomas.....	09
3.1.2 Questões para confirmação da suspeita de violência.....	09
3.2 Manejo.....	10
3.3 Encaminhamento (Articulação da rede).....	10
3.3.1 Rede de Proteção – Mulheres.....	11
3.3.1.1 Lei Maria da Penha.....	12
3.3.2 Rede de Proteção – Homens e População LGBT.....	12
4.Síntese.....	13

Lição 1- Importância do tema

Por que abordaremos a violência de gênero?

? Você Sabia?

Na América Latina, a maioria das leis usa o termo “**violência familiar**” ou “**violência doméstica**” para indicar atos de **violência contra as mulheres** por seus parceiros íntimos, dentro de casa.



Contudo, destacamos algumas observações a respeito do uso do termo “violência de gênero”. Veja:

- tem sido ampliado para incorporar a grande gama dos atos de violência que as mulheres sofrem de seus parceiros, membros da família e outras pessoas fora da família;
- está relacionado à tentativa de dar destaque às desigualdades entre homens e mulheres que criam condições de vulnerabilidade à violência;
- também se refere à violência praticada contra homossexuais ou contra ou entre homens, ou seja, qualquer tipo de violência em que o gênero contribui para que essa violência seja exercida.

1.1 Conceito de gênero



Gênero é um conceito criado para a análise das desigualdades entre homens e mulheres.

Existem muitas teorias que explicam como os comportamentos femininos e masculinos são internalizados pelos sujeitos. Porém, todas elas consideram tais comportamentos como não naturais, mas aprendidos por um conjunto de crenças, normas e instituições sociais.

Quando tratamos as relações de gênero, falamos das relações de poder na medida em que as relações existentes entre masculino e feminino são desiguais e determinam como os sujeitos devem se comportar. Essa diferença está relacionada à violência.

1.2 Mulheres em situação de violência

Segundo o Mapa da Violência de 2012 (WASELFSZ, 2012), o SINAN registrou em 2011, 70.270 atendimentos do sexo feminino por violências. Veja os resultados ao lado.



- **71,8%** dos casos de violência ocorreram em casa.
- O número de violência praticada por parceiros ou ex-parceiros, **soma 43,4%**

1.2.1 Consequências para a saúde da mulher

A violência contra a mulher, além de ser um grave problema social e de saúde, está associada à vulnerabilidade em relação à saúde sexual e a saúde reprodutiva, principalmente, no que diz respeito à infecção pelo HIV.

Em um relacionamento no qual a mulher sofre violência, dificilmente ela se sentirá com o poder de negociar o uso do preservativo com o parceiro.

Muitas mulheres relatam que os efeitos da violência emocional ou psicológica persistem por muito mais tempo que o físico e que suas consequências são mais devastadoras, uma vez que mina sua autoestima e sua capacidade de sair da relação violenta em que vive.

Assista ao vídeo produzido pelo Ministério da Saúde, como campanha para o dia internacional da mulher, em que mulheres infectadas pelo HIV comentam o desafio que enfrentam no dia a dia.

Fonte: Dia da Mulher 2013 - A vida pode ser positiva. Com ou sem aids. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/mulheres/2013>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

1.3. Homens em situação de violência

Os homens também podem sofrer violência?

Sim. Mas na maioria dos casos, o uso da violência por parte da mulher é provocado pelo contexto do relacionamento do casal e se trata de uma resposta à violência cometida contra elas por seus próprios parceiros.

Em uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde – OMS em 10 países, as taxas de mulheres que foram violentas contra seus parceiros **variou entre 6% e 79%**. A razão que as levou a agir dessa forma **foi uma resposta à violência** que sofreram dos parceiros íntimos.

Você já vivenciou um caso em que **o usuário da AD sofria violência de sua esposa**, a responsável por seus cuidados?

1.3.1. Violência urbana x homens

No âmbito domiciliar, é mais comum encontrar homens que sofreram violência nas ruas.

Você reconhece a razão dessa prevalência?

O uso da violência para a resolução de conflitos ou como uma questão de honra é algo aceito entre os homens, por conta dos padrões de gênero.

Assista ao vídeo Minha vida de João – Parte I e reflita sobre esse assunto. Depois, se desejar, você pode visitar o site do Promundo, indicado abaixo, e assistir aos demais vídeos.



Desde crianças, muitos homens são estimulados a se arriscarem e a resolverem seus conflitos de modo que, **ao final, tenham a última palavra.**

O grupo de amigos e a pressão exercida por eles é outro fator que contribui para comportamentos violentos e arriscados. Um exemplo, a gente vê TV quase todos os domingos: a briga entre torcidas organizadas.

Vale enfatizar que, o repertório de comportamentos masculinos para responder a situações difíceis e traumáticas da vida cotidiana – tensões emocionais e situações de estresse – **é extremamente rígido e limitado.** Se agregarmos a esse fato à dificuldade para pedir apoio e ajuda social ou familiar, por medo de parecer vulneráveis ou femininos, os homens **se encontram em situações de alto risco** para cometer ou sofrer atos de violência.

Fonte: Minha vida de João – Parte I. Disponível em: <<http://www.promundo.org.br>>. Acesso em: 16 mai. 2013.

1.4. População LGBT em situação de violência

Você sabia que a violência de gênero também afeta a população LGBT?

As normas de gênero descrevem comportamentos considerados próprios para homens e mulheres. Deste modo, promovem pouca tolerância com as pessoas que não se comportam da forma esperada.

Homens e mulheres que demonstram interesse por pessoas do mesmo sexo ou comportamento de gênero considerado não adequado para seu sexo podem sofrer:

- **discriminações;**
- **preconceitos;**
- **ódio;**

- **violência física grave;**
- **homicídios.**

A isto chamamos de homofobia.

E homofobia é uma forma de violência!

É importante reconhecer que **existem outros tipos de violência** que não causam danos físicos ou a morte, mas causam sofrimento e produzem desigualdade social: **exclusão, humilhação, ameaça, calúnia e não poder acessar determinados recursos e espaços.**

1.4.1. Indicadores de violência contra LGBT

Durante a concentração da Parada da Diversidade, uma pesquisa revelou:

➤ Os entrevistados que já foram vítimas de algum ato de discriminação por causa de sua orientação sexual:

- Em 2006, em **Pernambuco**: 70,8%
- Em 2005, em **São Paulo**: 72,1%
- Em 2004, no **Rio de Janeiro**: 64,8%

➤ A modalidade de discriminação mais frequente:

- Entre amigos e vizinhos: 41,7%

➤ Locais de exclusão e discriminação:

- a escola ou a faculdade: 33,5%
- família: 29,7%

Com esses dados, o estudo conclui que as **formas de discriminação mais reconhecidas** ou facilmente lembradas são as que acontecem em contexto de **intimidade (família, amigos)** ou **entre pessoas que se conhecem.**

Fonte: Carrara, S. [et al] *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: Pesquisa 5ª Parada da Diversidade – Pernambuco 2006*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007.

Lição 2 – No cotidiano da AD

Na lição anterior, estudamos as relações de poder pelas quais a desigualdade determina o comportamento dos sujeitos, criando condições de vulnerabilidade à violência.

Nesta lição, analisaremos um caso clínico que se encaixa em nosso estudo. Leia o caso a seguir:



ESTUDO DE CASO

Juliana é a bisneta de Dona Áurea, uma senhora de 78 anos, acamada, que sofre de diabetes e hipertensão, e recebe acompanhamento da equipe de atenção domiciliar. A bisneta de Dona Áurea é sua principal cuidadora.

Nas últimas visitas à senhora idosa, notaram-se algumas lesões em Juliana, que esta sempre ao lado da bisavó, nos momentos de atendimento.

Juliana tem dezessete anos e é mãe de Clara, de dezoito meses. O pai de Clara, Pedro, tem 26 anos e trabalha fazendo alguns bicos na comunidade. Apesar de não morar com Juliana, passa a maior parte da semana na casa da namorada. Juliana não tem renda e é Pedro quem compra o que a pequena Clara necessita. Às vezes, Pedro também ajuda a família de Juliana. O rapaz sente muitos ciúmes da namorada e não gosta que ela tenha amigos homens. Também se queixa dos cuidados que Juliana oferece a filha.

Juliana não gosta de comentar o caso, mas Dona Áurea em vários momentos deu sinais da violência que a bisneta sofre do namorado. Em vários momentos em que Dona Áurea estava sendo atendida, Pedro entrou em casa insultando Juliana, dizendo que a mãe de sua filha era irresponsável e fazendo ameaças de cortar a ajuda financeira mensal para a criação de Clara.

2.1. Refletindo sobre o caso

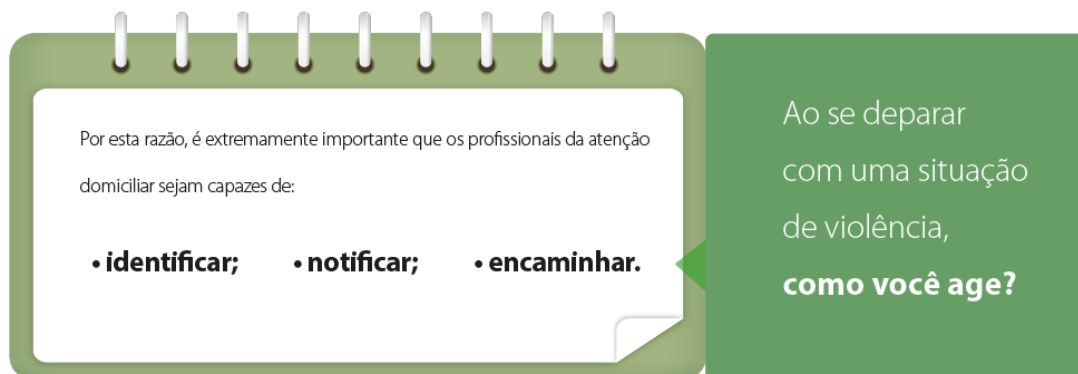
Com base na leitura do caso clínico, procure refletir sobre as seguintes questões:

Que tipos de violência provavelmente sofre Juliana? A que esta relacionada essa violência?
O que o profissional da atenção básica poderia fazer nessa situação, para ajudar Juliana?

Para compreender melhor essas questões, clique em **Estudo de Caso – Juliana.**

3. Atuação do Profissional da Atenção Domiciliar


É muito comum que as vítimas de violência em casa não relatem sua situação aos profissionais que as atendem ou busquem os serviços com a queixa da violência.



A seguir, analisaremos cada uma dessas etapas.

3.1. Identificação

Para identificar uma situação de violência, é preciso estar atento não somente para a doença como para as relações vividas dentro daquele núcleo familiar.



Existem alguns fatores que funcionam como sinalizadores de que uma determinada situação pode gerar uma reação violenta. Em termos mais individuais ou familiares, dentre os fatores sinalizadores citamos, por exemplo, **as normas de gênero que podem originar situações de violência contra a mulher.**

“Os profissionais de saúde **devem estar atentos para identificar violência e maus tratos** contra a pessoa que necessita de atenção domiciliar (AD) para efetivar ações de **prevenção, promoção e acolhimento**, sendo fundamental que os conceitos de violência sejam amplamente difundidos entre todos os integrantes da equipe, assim como para a comunidade quando possível” (BRASIL, 2012).

3.1.1 Sinais e sintomas

Existem sinais que nos ajudam a reconhecer que uma pessoa está passando por uma situação de violência?

Sim, o Caderno de Atenção Domiciliar (vol 2, cap 7) sugere que, para isso, nossa equipe de AD utilize todas as oportunidades de contato com a família e com a pessoa.

Veja os exemplos de sinais e sintomas apresentados no Caderno:

- Lesões não explicadas em diferentes estágios de evolução.
- Abandono de pacientes dependentes com recursos adequados.
- Demora em identificar lesão e solicitar cuidado em saúde.
- Disparidade de relatos da pessoa enferma e do cuidador.
- Explicações vagas ou pouco plausíveis de ambas as partes.

Visitas frequentes às urgências por exacerbações de doenças crônicas mesmo diante de uma assistência médica adequada e dos recursos apropriado.

3.1.2 Questões para confirmação da suspeita de violência

Para refletir



É importante enfatizar que não existem receitas de bolo. Esses sinais podem ser consequência de uma série de outros problemas.

Deste modo, devemos aproveitar um momento em que estejamos sozinhos com a pessoa que se encontra em condição de vulnerabilidade para confirmarmos ou excluirmos a suspeita.

Veja algumas questões abordadas pelo Caderno de Atenção Domiciliar que podem nos auxiliar nesse processo:

- Alguma vez alguém te maltratou ou te feriu em sua casa?
- Alguém já pegou suas coisas sem o seu consentimento?
- Em alguma situação você já se sentiu ridicularizado ou ameaçado?
- Você tem medo de alguém em sua casa?
- Alguém já te obrigou a assinar documentos que não entendia ou foi obrigado a fazer coisas que não queria?
- Com frequência você se sente abandonado ou permanece sozinho por muito tempo, não podendo contar com ninguém no momento em que precisa?
- Você já foi tocado fisicamente sem sua permissão?
- Você já ficou por algum período com fome, sede, sem cuidados de higiene pessoal ou sem os seus medicamentos?

3.2. Manejo

Manejo implica em criar estratégias e uma delas consiste em romper o silêncio, tarefa complicada para quem vive uma situação de violência.

Alguns fatores podem inibir a denúncia:

- dependência financeira;
- dependência de cuidado;
- relação de afeto com o agressor.

Você reconhece a importância de se romper o silêncio?

Para isso, é necessário apresentarmos uma postura cuidadosa e respeitosa.

Mantenha o sigilo e respeite a privacidade da pessoa a fim de que ela se sinta à vontade para buscar ajuda.

3.3. Encaminhamento (Articulação da rede)

A fase do encaminhamento envolve articular a rede de proteção social para reduzir a violência.

Segundo o Caderno de Atenção Domiciliar, nós, profissionais da AD, além de cuidar dos pacientes no domicílio, temos o seguinte papel:

Articular os pontos de atenção de modo **a ampliar a eficácia e a integralidade do cuidado.**

Desse modo, os profissionais da atenção domiciliar podem contar com uma **ampla rede integrada** para onde encaminhar a pessoa que se encontra em uma situação de violência.

3.3.1. Rede de Proteção – Mulheres

A Rede de Proteção para mulheres em situação de violência abrange:



Delegacias

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM)

Defensorias Públicas

Juizados Especiais

Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres

Organizações de mulheres

Central de Atendimento à Mulher: **180**



Saiba Mais

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres coloca à disposição uma relação de serviços de atendimento específicos para a Mulher.

Clique aqui para acessá-la.

Link https://sistema3.planalto.gov.br//spmu/atendimento/atendimento_mulher.php

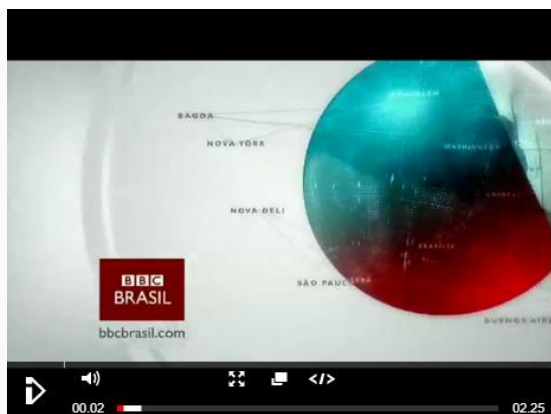
3.3.1.1. Lei Maria da Penha

Precisamos compreender como a legislação protege as mulheres para saber orientá-las adequadamente.

No Brasil, desde 2006, as mulheres contam com mais um mecanismo de proteção às mulheres que sofrem de violência doméstica, um reconhecimento pelo governo brasileiro das lutas dos movimentos de mulheres.

Você conhece a Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha?

Assista ao vídeo em que Maria da Penha relata a importância de sua história na luta contra a violência doméstica:



Fonte: BRASIL, Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006.

Fonte: IMP - Instituto Maria da Penha.

3.3.2. Rede de Proteção – Homens e População LGBT

Quanto aos homens que sofrem de violência, não há serviços especializados, mas eles podem buscar ajuda em qualquer delegacia.



Em relação à população LGBT, não existe uma instituição de âmbito nacional específica onde se possa encaminhar as **pessoas que sofreram violência**. No entanto, o **Programa Brasil sem Homofobia** é uma ferramenta útil para informações sobre a prevenção da violência e discriminação.



Saiba Mais

Para saber mais sobre o Programa Brasil sem Homofobia, **clique aqui**.

Síntese

Chegamos ao final desta unidade. Em violência de gênero, analisamos os seguintes tópicos:

- a importância da abordagem do tema violência de gênero;
- as relações de poder e sua relação com a violência;
- a violência contra a mulher praticada pelo próprio parceiro;
- as consequências da violência para a saúde da mulher;
- a violência urbana como tipo prevalente sofrido pelo homem;
- a violência contra a população LGBT e sua relação com as normas de gênero;
- a atuação do profissional da AD em relação a situação de violência;
- a importância da identificação da violência a partir dos sinais e sintomas;
- o manejo com foco no rompimento do silêncio;
- o processo de encaminhamento a partir da articulação da rede de proteção social.

Propomos agora que você reflita sobre como transpor esses conhecimentos teóricos para sua atividade individual e sua ação integrada aos profissionais que compõem a equipe de AD.

Em seguida, que tal exercitar seus conhecimentos com a realização de algumas atividades?



Atividade

Preencha as lacunas

Escreva nos espaços em branco as palavras adequadas. Clique em "Verificar" para verificar as respostas.

atenção domiciliar comunidade conceitos de violência maus tratos profissionais de saúde promoção
violência

"Os devem estar atentos para identificar a e contra a pessoa que necessita de para efetivar ações de prevenção, e acolhimento, sendo fundamental que os sejam amplamente difundidos entre todos os integrantes da equipe, assim como para a quando possível" (BRASIL, 2012).

Verificar

Créditos Autorais

O conteúdo do Módulo Abordagem da Violência na Atenção Domiciliar foi concebido pelas Professoras Autoras:

Coordenadora



Luciana Branco da Motta é Doutora em saúde coletiva e Médica Geriatra, com Especialização em Gerontologia e Educação nas áreas da saúde. Atualmente, é Coordenadora do núcleo de atenção ao idoso (UNATI/UERJ) e Coordenadora do programa de residência médica em Geriatria pela UERJ.

Conteudistas



Carolina de Oliveira é Especialista em Geriatria e Gerontologia e atualmente está cursando o Mestrado em Avaliação de Novas Tecnologias de Saúde. É Enfermeira/Coordenadora do Serviço de Atenção Domiciliar Nai/Unati (HUPE/UERJ).



Eloisa Grossman é Doutora em Saúde da Criança e da Mulher pela IFF/FIOCRUZ. Atualmente, é Professora Adjunta da FCM/UERJ e Coordenadora da disciplina de Adolescentes.



Fernanda Graneiro Bastos é Mestre em Políticas Públicas pela Faculdade de Serviço Social (UERJ). Atualmente, é Coordenadora da Atenção Primária do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA/UERJ).



Lucia Martins de Magalhães Pierantoni é Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery (UFRJ). Atualmente, é Enfermeira Supervisora do Serviço de Pacientes Externos do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ).



Maria Helena de Jesus Bernardo é Mestre em Serviço Social e Especialista em Saúde Mental e Terapia de Família. Atualmente, é Assistente Social do Núcleo de Atenção ao Idoso (NAI/UNATI-UERJ) e Docente da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Além disso, é Coordenadora e Preceptora do Programa de Residência em Serviço Social da Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso (NAI/UNATI-UERJ) e dos Projetos de Extensão de Visita Domiciliar (NAI/UNATI-UERJ) e Ações Educativas no campo do Envelhecimento (FSS/UERJ).



Miriam Peres é Mestre em Serviço Social (PUC/RJ). Atualmente, é assistente social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Vanessa Fonseca é Mestre em Psicossociologia de Comunidades pelo Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (IP/UFRJ). Atualmente, é Coordenadora de programas do Instituto Promundo.

Créditos Institucionais

Presidência da República
Ministério da Saúde
Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES)
Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges)
Secretaria Executiva UNA-SUS

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor
Ricardo Vieiralses de Castro

Vice-Reitor
Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-Reitora de Graduação
Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitoria de Extensão e Cultura
Regina Lúcia Monteiro Henriques